



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001266-34.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária**  
 Requerente: **Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A**  
 Requerido: **Lindisey Lorena de Alcantara**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos

A financeira ajuizou ação contra a requerida pedindo a busca e apreensão do veículo descrito na petição inicial, objeto de alienação fiduciária, haja vista a inadimplência da ré, que deixou de pagar as prestações mensais do financiamento.

Deferiu-se e cumpriu-se liminarmente a busca e apreensão.

A ré foi citada e contestou o pedido.

Houve réplica.

**É o relatório.**

**Fundamento e deciso.**

A alienação fiduciária em garantia está documentalmente comprovada e na contestação houve inclusive confissão quanto ao inadimplemento (fl.39).

Ainda, sustentou a requerida que havia seguro sobre o contrato, o que não foi negado pela autora, que inclusive disse que três das prestações foram cobertas pelo seguro (fl. 53); ocorre que as demais, que se venceram no correr do feito, continuam em aberto, sendo o que basta.

Conforme já constou na decisão anterior (fls. 30/31), em recurso julgado sobre a sistemática dos repetitivos, o STJ pacificou o entendimento de que a purgação da mora deve ocorrer com o pagamento da integralidade da dívida, e como isso não ocorreu no caso, o deslinde é nítido.

Além disso, em contestação a requerida sustentou a abusividade de cláusulas e juros excessivos.

Por mais que não seja o momento oportuno da discussão – em ação restrita, intentada pela financeira – não se vislumbram cobranças abusivas.

O contrato é de adesão, algo óbvio, e a autora sabia, de antemão, todas as obrigações que deveria cumprir, inclusive risco de desemprego; deixou de pagar as prestações mas manteve-se com o veículo, como se fosse seu direito, quando deveria ter manejado a ação própria para discutir ilegalidades...

Também por relevante, nos termos de recente decisão do STJ, não tenho como abusivas cobranças de tarifas, das mais diversas, em contratos semelhantes.

Por fim, os juros não são muito diversos dos cobrados no mercado, pelo contrário e, assim, devem ser mantidos.

Cabe a observação de que não se deve tolerar paternalismo quando do exame de contratos, mormente quando a parte deles se vale enquanto lhe convém, e este é o caso, devendo ser mantida a avença pelo *pacta sunt servanda*.

Diante do exposto, **acolho o pedido** e transformo em definitiva a medida liminar



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**2ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

concedida, declarando consolidada a propriedade, assim como a posse plena e exclusiva do autor, sobre o bem objeto da ação, com a faculdade de promover a venda, na forma estabelecida no artigo 3º, § 5º, do Decreto-lei nº 911/69.

Oportunamente, cumpra-se o disposto no artigo 2º do Decreto-lei nº 911/69, comunicando-se à CIRETRAN a autorização para proceder a transferência do veículo a terceiros, permanecendo nos autos os títulos exibidos.

Condeno a ré ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas desde o reembolso, e dos honorários advocatícios do patrono do autor, fixados em 10% do valor atualizado da causa.

P.R.I.C.

São Carlos, 22 de junho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**